PROCESSO N.º 3043/2016
PREGÃO N.º 62/2016
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 150/2016
HOMOLOGADO EM 02/05/16

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de retífica completa de motores a diesel e a gasolina, conforme necessidade.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ n.º 76.950.096/0001/10, com sede administrativa a Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro, como **CONTRATADA**, a Empresa **DALAVALLE'S & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.021.731/0001-25, situada na Rua Pedro de Oliveira, 732, na cidade de UBIRATA, Estado do Paraná, CEP nº 85440-000, Telefone nº (44) 3543-5247, e-mail socabecotesubirata@hotmail.com, celebram em comum acordo o presente contrato, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito público e cláusulas estipuladas a seguir:

COMPOSIÇÃO DO CONTRATO:

Lote único – Retifica					
Item	Qtd	Un	Descrição	V. Unit	V. Total
1	200	Hrs	Serviço de retífica em motores a diesel, independente de marca e modelo. Os serviços compreenderão usinagem, planagem de cabeçote e bloco, alinhamento de bielas e mancal, retifica de virabrequim, montagem completa de cabeçote, demais serviços complementares que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento do motor	80,00	16.000,00
2	150	Hrs	Serviço de retífica em motores a gasolina e motores flex, veículos leves, independente de marca e modelo. Os serviços compreenderão usinagem, planagem de cabeçote e bloco, alinhamento de bielas e mancal, retifica de virabrequim, montagem completa de cabeçote, demais serviços complementares que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento do motor	62,00	9.300,00
				Total	25.300,00

1. EXECUÇÃO DO OBJETO

1.1. Prazo de execução: A Autorização de serviço será enviada preferencialmente via e-mail para a Contratada. Após o recebimento da autorização de serviço juntamente com o veículo, a Contratada deverá dar prioridade ao serviço contratado devendo iniciá-lo imediatamente, designando ao menos um mecânico para trabalhar ininterruptamente e exclusivamente no veículo até a conclusão dos serviços para a cronometragem do tempo gasto.

1.1.2. O Município de Ubiratã reserva-se o direito de exigir garantia mínima de 03 (três) meses nos serviços.

1.1.3. A empresa responsabilizar-se-á pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo pelo serviço realizado incorretamente.

1.1.4. Os serviços deverão ser executados somente após a autorização do setor requisitante. O serviço prestado sem autorização não será pago. Ficando ainda facultado ao fiscal de frotas ou servidor designado o acompanhamento do serviço.

1.2. Local de execução e Horário: O serviço será prestado em estabelecimento próprio da contratada, devendo a mesma possuir local adequado, coberto e seguro, para acomodar o veículo, sendo de sua responsabilidade a segurança do mesmo durante a execução do serviço.

1.3. Regime de execução: Fracionado conforme as necessidades do Município.

1.4. Detalhamento dos Serviços: Estimar o tempo para retífica, identificando as peças a serem arrumadas ou trocadas; em caso de necessidade de peças o Município procederá a compra das mesmas, para que então, a empresa realize a substituição das peças e faça os testes de correção dos problemas. Dentre os serviços a serem realizados destaca-se: usinagem, plainar cabeçote e bloco, alinhamento de bielas e mancal, retífica de virabrequim, montagem completa de cabeçote, demais serviços complementares que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento do motor. No entanto, caso seja necessária a realização de algum serviço que não conste nesta relação, mas compreenda retífica, o mesmo deverá ser realizado.

1.4.1. O processo deverá ser feito por meio de máquinas (tornos, fresas, plainas, retificadoras), que permitam a precisão adequada.

1.4.2. Em caso de retífica de cabeçote deverão ser contemplados os seguintes serviços: teste de estanqueidade (pressão), a fim de descobrir possíveis trincas, rachaduras. Verificação e soldagem de trincas. Análise de face, altura. Verificação do alojamento do comando, mandrilar. Plaina do topo do cabeçote em casos do procedimento de solda ou empenamento. Retífica e/ou substituições de válvulas de admissão e escape. Retífica e/ou substituições de sedes de válvulas. Verificações de molas, quanto sua elasticidade ou troca das mesmas. Substituições de retentores de válvulas. Retífica e/ou substituição do comando de válvulas. Regulagem de pastilhas. Verificação dos tuchos hidráulicos de folga de válvulas, se houver. Nos casos onde o tucho é mecânico este necessita de regulagem. Verificação das rosca de fixação das velas, efetuando correções nas rosca, se necessário; esse procedimento consiste em, no caso de houver deformidade, desgaste ou qualquer outra anomalia nas rosca de fixação das velas, efetuar a correção e conferindo a rosca de velas, efetuado embuchamento.

1.4.3. Quando necessário deverá ser realizada a usinagem de todos os elementos contidos no motor como virabrequim, bielas, bloco, cabeçote, comando, volante, válvulas de admissão e escape, sede de válvulas, etc. Assim como a troca de elementos fundamentais (que não podem passar pelo processo de usinagem) como bronzinas de bielas, bronzinas de mancais, pistões, anéis e/ou pinos dos pistões, juntas, retentores, gaxetas, selos da galeria d'água de bloco e cabeçote, etc.

1.4.3.1. Peças, lubrificantes, filtros e demais materiais utilizados nos serviços deverão ser solicitados à Divisão de Frotas/Secretaria de Serviços Rurais para que o mesmo providencie nos locais contratados.

1.4.3.2. Caso a contratada coloque peças próprias no veículo, as mesmas não serão pagas, e a contratada será notificada e posteriormente, multada.

1.4.4. Na montagem de motores deve ser dada atenção especial aos torques de parafusos de cabeçotes, bielas e mancais, pois o aperto em excesso pode causar o trincamento de cabeçotes ou queima de juntas, o excesso de

aperto em bielas e mancais pode causar o travamento do virabrequim provocando a fusão do mesmo com as bronzinas.

1.5. Condições de Recebimento do serviço: Após execução do serviço, o veículo será analisado por 48 (quarenta e oito) horas para efeito de verificação da conformidade dos serviços prestados, sendo que:

- a) Na hipótese de constatação de anormalidade que comprometa a utilização adequada do veículo, bem como se constatado divergência entre o serviço solicitado e o executado, o mesmo será rejeitado conforme dispõe o art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Ocorrendo rejeição, a contratada deverá refazê-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que for comunicada a citada rejeição, sem ônus para o Município conforme Art. 69 da Lei 8.666/93, sob pena de não o fazendo, ensejar as penalidades previstas no presente Contrato;
- c) Verificado que o serviço atende a todos os requisitos constantes no presente Contrato, o mesmo será aceito.

1.6. Fiscal do contrato: Isaltino Salvador Di Martini.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente Contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, sendo que nos preços praticados em sua proposta deverão estar previstos custos referentes à mão de obra, impostos, encargos sociais, entre outros.

2.2. Prestar o serviço com qualidade, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal.

2.3. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante a execução do serviço.

2.4. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço.

2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes de má prestação dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990).

2.6. Refazer, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente Contrato, os serviços realizados incorretamente.

2.7. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação.

2.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, responsabilizando-se pela segurança individual e coletiva dos mesmos.

2.9. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

2.10. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo Município.

2.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

2.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato.

3. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Contrato.

3.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.3. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja refeito, reparado e corrigido.

3.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato.

3.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor do presente contrato é de R\$25.300,00 (vinte e cinco mil e trezentos reais), o qual inclui todas as despesas necessárias para a execução total do objeto licitado.

4.2. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, é indicada a seguinte dotação orçamentária:

Despesa Orçamentária	Fonte de Recurso	Desc. da Despesa	Valor R\$
2558	Próprio	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	43.000,00

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente, conforme conferência da documentação fiscal, **que deverá conter a descrição dos serviços realizados, acompanhada pela autorização de serviço e atestada pelo Fiscal do contrato.**

5.1.1. Caso a descrição dos serviços não seja compatível com o valor de horas trabalhadas, o fiscal do contrato fará a devolução a Nota Fiscal para as correções cabíveis.

5.2. No corpo da Nota Fiscal, deverá ser informado o número do processo assim como a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente. A não informação dos itens acima levará à devolução da Nota Fiscal.

5.3. Conforme Instrução Normativa 45/2010, o pagamento de despesas será efetivado pelos meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, obrigatoriamente nominal ao credor, sendo física ou jurídica, conforme consta na documentação dos processos licitatório.

6. PRAZOS

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses, com início na data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais e forma que alude o artigo 57 e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.

7. REVISÃO

7.1. Não se aplica.

8. REAJUSTE

8.1. Caso haja prorrogação do contrato, o valor poderá sofrer reajuste, desde que decorrido ao menos 01 (um) ano da data de apresentação das propostas e será de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do índice setorial, ou na ausência deste, será de acordo com a variação do INPC.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

9.1. Verificadas falhas, irregularidades na execução do objeto, atrasos ou transgressões às cláusulas contratuais o município de Uiratã notificará a Contratada, que estará sujeita a aplicação das seguintes sanções:

9.1.1. Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor total contratado por atraso injustificado:

- a) Na execução dos serviços;
- b) No reparo ou refazimento do serviço, conforme Item **1.4** do presente Contrato;
- c) No atendimento referente à assistência técnica, garantia ou demais assuntos referentes à execução do Contrato em que for solicitada a presença da Contratada.

9.1.2. A multa de mora será calculada por hora, dia ou evento, de acordo com a situação e/ou modo de execução previsto no Item **1.2** do presente Contrato;

9.1.3. O atraso injustificado da execução do serviço em prazo superior ao dobro do prazo estipulado inicialmente ensejará na rescisão unilateral do Contrato por culpa exclusiva da Contratada.

9.1.4. Multa penal de 3% (três por cento) sobre o valor total do Contrato quando por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir qualquer das demais obrigações;

9.1.5. A inexecução parcial ou total da contratação acarretará em multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total não executado e na rescisão unilateral do Contrato por culpa exclusiva da Contratada, a critério do Município.

9.2. Ocorrendo a rescisão por culpa da contratada e nos demais termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002, sem prejuízo da multa prevista neste Termo e concomitante com esta, a Contratada poderá ficar impedida de contratar com a Administração Pública através de suspensão temporária pelo prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser igualmente sancionada com a Declaração de Inidoneidade.

9.3. As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

9.4. A contratada deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a Contratada tenha direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

9.5. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

10. RESCISÃO

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido, livre de qualquer ônus, nos seguintes casos:

- a) Por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução, ou nos serviços contratados;
- b) Quando pela reiteração de impugnações efetuadas pelo Município, ficar evidenciado a incapacidade da Contratada de executar o contrato ou dar continuidade ao mesmo;
- c) Nos casos previstos no *Item 09* do presente Contrato;
- d) Nos casos previstos nos Arts. 78, 79 e 80 da Lei nº8.666/93;
- e) Falta de dotação orçamentária e/ou recursos disponíveis por parte do Município;
- f) Cessão ou subcontratação não permitida ou acima dos limites legais.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. À Contratada é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sob pena de rescisão.

12. CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

13. DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Ficam vinculados ao presente contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora da Contratada.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se *lhe* supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado. Aplicam-se também as leis: Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 7614/2007, Lei Complementar nº123/2006, Lei Complementar nº147/2014 e subsidiariamente e os termos deste Contrato.

15. DA ANTICORRUPÇÃO

15.1. O contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores o mais alto padrão de ética durante toda execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público na execução do contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar a execução do contrato;
- c) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato.
- d) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste item; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. O organismo financeiro multilateral imporá sanção sobre a empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo

se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas na execução do contrato.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima o contratado permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubitatã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas.

Ubitatã - Paraná, _____ de _____ de 2016.

Ubitatã - Paraná, 02 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito
Contratante

DALAVALLE'S & CIA LTDA

Representante legal da empresa
Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: